MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia
ISSN 2318-0811
Volume II, Número 2 (Edição 4) Julho-Dezembro 2014: 710-712

O Caminho da Servidão

F. A. Hayek

Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro

São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 6ª edição, 2010. (231 páginas)
ISBN: 978-85-62816-02-4

Em sua obra escrita durante os anos de guerra e publicada em 1944, F. A. Hayek (1899-1992) demonstra, com preocupação, similaridades entre a Inglaterra de seu tempo e a Alemanha de poucas décadas antes da ascensão do nazismo. O crescimento de idéias socializantes e políticas planificadoras e a negação dos valores "ingleses" e "burgueses" que levaram a Alemanha ao caminho do totalitarismo poderiam, alerta o autor, levar os ingleses a um destino similar caso tal tendência se mantivesse, como se participassem do mesmo processo dos alemães, porém com atraso. Hayek confronta a tese de que o nazi-fascismo foi uma reação capitalista ao socialismo, em resposta a essa ideia demonstra origens intelectuais em comum e similaridades de práticas e valores. A tese original e polêmica de Hayek suscitou fortes debates e influenciou movimentos políticos não só na Europa como do outro lado do atlântico, inclusive o embrionário movimento libertário norte-americano.

É interessante notar que a tese central de Hayek pode ser dividida em dois pontos: 1) que o socialismo é incompatível com a democracia e a liberdade individual, requerendo uma sociedade autoritária centralizada; 2) que a adoção de medidas anti-liberais desencadeia um processo de gradual perda da liberdade, podendo levar ao extremo de uma sociedade totalitária completamente planificada caso tal rumo não seja revertido. Basicamente, o autor quer alertar aos socialistas democráticos (como os fabianos do partido trabalhista britânico) e mesmo aos conservadores que apóiam medidas socializantes, que suas políticas levarão a um Estado autoritário que não desejam.

Em relação ao primeiro ponto, Hayek tece fortes argumentos. Quanto à democracia, demonstra a dificuldade de implantação de políticas de planejamento, que requerem diretrizes muito específicas dentre uma pluralidade de possibilidades de ação, e que demandam medidas mais assertivas e enérgicas que são prejudicadas pelo processo parlamentar democrático. Os parlamentos passam a ser vistos como demasiado vagarosos e os debates entre os representantes democraticamente eleitos como sinais de incompetência e ineficácia, o que demanda a delegação de poderes para órgãos de especialistas que não estejam sob as rédeas do processo democrático. Soma-se a isso a incompatibilidade entre a planificação e o Estado de Direito. O Estado de Direito se baseia na igualdade de todos os cidadãos perante a lei e na capacidade de os indivíduos preverem a ação do Estado mediante essas leis. A planificação exige que o Estado aja de forma que não possa ser prevista por todos os indivíduos afetados por suas medidas e que haja aqueles que vão decidir que ações vão ser tomadas e como tais ações afetarão a terceiros. Assim, não há mais a impessoalidade das normas nem a igualdade garantida pela lei em Estados de orientação constitucional liberal. A sociedade planificada necessariamente deve se dividir entre dirigentes e dirigidos, demandando uma hierarquia rígida.

Além do exposto, em uma sociedade em que todos os esforços produtivos são voltados para fins direcionados, a moral tradicional baseada na decisão livre feita por indivíduos a partir de regras morais gerais, perde sua razão de ser. O modelo produtivo e a moralidade da sociedade planificada exigem ampla aceitação dos membros da sociedade. Isso faz com que todo o questionamento seja visto como um empecilho e até como uma forma de traição, levando o Estado a criar uma nova moral que justifique todos os seus atos. Essa nova moral não pode se basear em princípios racionais, já que as escolhas feitas pelos dirigentes serão arbitrárias, por isso são criados mitos baseados em antigos preconceitos e falsas teorias. A livre discussão e o dissenso são menosprezados. O próprio conceito de "verdade" é distorcido, passando de algo que deve ser apreendido pela livre consciência individual para algo ditado pela autoridade e em que é preciso crer em nome do bem da comunidade, podendo ser alterado conforme a conveniência. É espantosa a similaridade entre o pensamento de F. A. Hayek e a obra de George Orwell (1903-1950) intitulada *1984*, publicada quatro anos após *O Caminho da Servidão*, em que o protagonista, Winston Smith, tem como emprego a tarefa de adulterar documentos para que eles se coadunem com a mudança de política do partido. Hayek mostra exemplos soviéticos e nazistas em que mesmo as ciências naturais só eram consideradas válidas e verdadeiras quando atendiam aos interesses "do povo", ou melhor, do regime.

Outro aspecto em comum entre a obra de Hayek e a distopia orwelliana é a relação do regime totalitário com as palavras. Hayek demonstra como os governos totalitários tendem a modificar o significado de conceitos como "liberdade" e "direito" para justificar seus atos e legitimar seu regime. Isso leva gradualmente a uma incompreensão do sentido original das palavras e à dificuldade, quando não completa impossibilidade, de diálogo entre alguém educado sob o novo regime e alguém que ainda tenha como registro os sentidos originais dos termos. Em *1984*, o objetivo final da novilíngua (*newspeak*), idioma criado pelo partido totalitário, é o fim de qualquer possibilidade de idealização de conceitos que possam levar ao questionamento das diretrizes do partido. Tanto Hayek quanto Orwell percebem a capacidade de alterar a própria compreensão da realidade pela manipulação da linguagem. Embora haja aproximação de idéias, há uma diferença essencial entre os dois autores, Orwell é o próprio "socialista liberal" que Hayek procura refutar.

Hayek teve êxito em demonstrar como o socialismo é incompatível com a democracia e a liberdade e como uma economia planificada só poderia ser gerida de forma centralizada e autoritária. Seus argumentos nunca foram satisfatoriamente refutados e até hoje nunca houve um regime simultaneamente democrático e socialista. Entretanto, errou ao, a partir disso, prever que governos democráticos de tendência socialista levariam a ditaduras totalitárias como as da União Soviética e da Alemanha. Em vez disso, o avanço de tais governos rumo ao socialismo se deteve em uma democracia social e muitos partidos de orientação socialista, dentre eles o próprio partido trabalhista britânico, renegaram o fim de socialização dos meios de produção e re-significaram o termo "socialismo", dos meios dirigistas para os fins de justiça social, diferenciação que o próprio Hayek aponta em sua obra. Esse equívoco se dá em parte porque, a análises políticas acertadas, o autor acrescenta análises econômicas incorretas de seu mentor Ludwig von Mises (1881-1973), que acreditava que o intervencionismo era instável e que, no longo prazo, só haveria possibilidade de existir o livre mercado ou o socialismo. Essas previsões não se concluíram. Assim como o livre-mercado, os totalitarismos se mostraram instáveis e, após 70 anos da publicação da obra de Hayek, o intervencionismo é o modelo adotado por todo o mundo e com poucos sinais de desgaste. Em resposta a isso, Sanford Ikeda desenvolveu uma teoria austríaca dos

ciclos intervencionistas, como demonstrado por Fabio Barbieri em seu livro *A Economia do Intervencionismo* (Instituto Ludwig von Mises, 2013).

Segundo Ikeda, o modelo intervencionista passa por períodos de maior e menor intervenção, de forma cíclica. A fase expansionista se dá como Mises e Hayek demonstram: as intervenções demandadas geram resultados opostos aos esperados, o que demanda ainda mais intervenções, acarretando em um movimento de inchaço do Estado. No entanto, o aumento progressivo de problemas gerados por tais medidas diminui a efetividade de novas intervenções, e a verdadeira causa de tais problemas passa a ser percebida por um número maior de analistas. Não é por acaso que, a partir da crise da década de 1970, diversos autores liberais que estavam afastados do *mainstream* econômico voltaram a ser ouvidos. Foi durante esse período de crise que F. A. Hayek e Milton Friedman (1912-2006) foram laureados com o prêmio Nobel de economia, nos anos de 1974 e 1976 respectivamente.

Quando a crise alcança proporções macroeconômicas, os governos são obrigados a tomar medidas liberalizantes, mesmo contra suas ideologias. Inicia-se a fase de contração do ciclo intervencionista. Devido a permanência de erros de informação devido às intervenções estatais remanescentes, o processo de atuação governamental e crescimento do Estado se reinicia, retomando o ciclo de intervenções.

Apesar da previsão de Hayek não ter se concretizado, *O Caminho da Servidão* ainda é uma interessante obra para entendermos a incompatibilidade entre a economia socialista e as liberdades individuais e, principalmente, uma interessante análise sobre o modo de agir e pensar dos pensamentos coletivistas de tendência totalitária. Mesmo com a queda dos regimes totalitários, a mentalidade autoritária, irracionalista e anti-individualista descrita por Hayek persiste em movimentos como os populismos latino-americanos e os ultranacionalismos europeus que ainda representam um perigo para a democracia e a liberdade. ꩜

Victor Yamasaki Bernardo
Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
vyam2010@gmail.com